



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM DIREITO

RELATÓRIO TÉCNICO SEMESTRAL - 2020.2

O programa está voltado a formar profissionais na área do Direito, que no exercício de suas atividades profissionais sejam capazes de encontrar ou construir soluções que garantam o máximo possível, o acesso à justiça. O mestrado profissional, atuando na formação dos quadros do Estado (preferencialmente juízes, promotores, procuradores e advogados públicos), se propõe a qualificar profissionalmente os agentes estatais da área do Direito, de forma a ajudar na solução dos problemas hoje existentes no âmbito do sistema de justiça.

O Programa é concebido para atender às demandas dos profissionais da área do Direito, sendo oferecido em horário compatível com as suas demais atividades. São oferecidas de três a cinco disciplinas por semestre. Cada aluno cursa duas disciplinas obrigatórias e mais três disciplinas eletivas, além de realizar as atividades complementares que integram o currículo e desenvolver o projeto de pesquisa.

Em decorrência das medidas adotadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina e pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – para combater a proliferação do Coronavírus, a UFSC, por meio da Resolução Normativa no 140/2020/CUn, regulamentou a volta das atividades de ensino em formato não presencial.

O segundo semestre iniciou em nove de novembro, com o oferecimento das disciplinas 1. Processo e Acesso à Justiça; 2. Formas Adequadas de Resolução de Conflitos e Acesso à Justiça; e 3. Acesso à Justiça Novos Direitos e Direitos Emergentes. As disciplinas foram oferecidas em sistema remoto, adaptadas às regras de segurança sanitária adotadas a partir da pandemia de Covid-19. O cronograma semestral ficou estabelecido em doze semanas letivas. O período letivo ficou definido de nove de novembro a onze de dezembro e primeiro de fevereiro a dezenove de março de dois mil e vinte um, com intervalo para festas de final de ano e férias de doze de dezembro a trinta e um de janeiro de dois mil e vinte um.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM DIREITO

Os alunos que cumpriram os créditos obrigatórios em disciplinas seguiram sua pesquisa, referente ao trabalho final, sob a instrução de seus orientadores.

Em 2020.2 ocorreram também defesas de trabalho de conclusão. As bancas ocorreram com a participação de todos os membros e do estudante por meio de sistema de áudio e vídeo em tempo real, conforme regulamenta a Portaria Normativa Nº 2/2020/PROPG. As bancas foram compostas por professores credenciados ao Programa e professores externos.

O Programa também promoveu diversos seminários virtuais com temáticas concernentes ao Acesso à Justiça e à efetivação dos Direitos Fundamentais na sua correlação com a função jurisdicional de Estado.

A palestra virtual intitulada "Sofrimento Psíquico em tempos de isolamento social: a Psicanálise e a Pandemia", com transmissão via Youtube no dia 17 de agosto de 2020, buscou contribuir para uma reflexão sobre os efeitos psíquicos em relação ao isolamento social provocado pela Covid-19. A palestra foi mediada pelo Dr. Matheus Felipe de Castro, professor credenciado ao Programa, e contou com a participação de Oscar Reymundo e Cinthia Busato, psicanalistas e membros da Escola Brasileira de Psicanálise (EBP) e da Associação Mundial de Psicanálise (AMP), e Adriana Rodrigues, psicanalista e doutora em Psicologia pela UFSC.

Em setembro realizou-se o seminário "Compliance nos Tribunais e no Sistema de Justiça Brasileiro: possíveis dificuldades de implementação e propostas de solução", com transmissão via Youtube. O seminário foi mediado pelo Dr. Matheus Felipe de Castro, professor credenciado ao Programa, e contou com a participação dos professores José Sérgio da Silva Cristóvam, Eduardo de Avelar Lamy e José Carlos Loitey Bergamini. O evento expôs as dificuldades de implementação de Compliance nos Tribunais e no Sistema de Justiça brasileiro, além de apresentar propostas de soluções.

Em setembro também ocorreu a palestra "Eleições 2020 e o Acesso à Justiça Eleitoral", com transmissão via Youtube. Mediada pelo Dr. Matheus Felipe de Castro, contou com a participação dos professores Marcelo Ramos Peregrino Ferreira, Orides Mezzaroba e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM DIREITO

José Sérgio da Silva Cristóvam. A palestra buscou analisar a função do Direito Eleitoral como instrumento necessário para efetivação da cidadania, do exercício da democracia e da liberdade do voto, além de apresentar diferentes perspectivas para o acesso à justiça eleitoral nas eleições de 2020.

Em novembro ocorreu o seminário intitulado "O Acesso à Justiça Criminal no Brasil Pós Pacote Anticrime", com transmissão via Youtube, o qual se buscou analisar o conjunto de alterações do Pacote Anticrime na legislação brasileira e a sua eficácia no Acesso à Justiça Criminal. O evento foi mediado pelo Dr. Matheus Felipe de Castro e contou com a participação dos professores Alexandre Morais da Rosa, Paulo Markun e Sérgio Francisco Carlos Graziano Sobrinho.

No mês de dezembro realizou-se a palestra "Racismo e sexismos: como o Judiciário enfrenta a diversidade e o discurso do ódio", com transmissão via Youtube. Mediada pelo Dr. Matheus Felipe de Castro, professor credenciado ao Programa, contou com a participação do advogado Marco Antônio André, da Presidente da Comissão da Mulher OAB/SC – Rejane da Silva Sánchez, e do psicanalista Oscar Reymundo. O evento examinou como o Judiciário enfrenta a diversidade e o discurso do ódio, precipuamente nos quadros de racismo e sexismos.

Resumidamente, estas são as informações que temos a prestar sobre o desenvolvimento do Programa Mestrado Profissional em Direito.

Dr. Orides Mezzaroba  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Portaria nº1346/2019/GR